



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/AM

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE BDI								
ANEXO IV - PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE BDI - PROJETOS EXECUTIVOS								
Proponente: INSTITUTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO - INI								
Tipo de Obra/Serviço: Contratação de empresa especializada em Engenharia e Arquitetura para elaboração de projetos básicos e executivos da nova sede da INI/DIREX/PF					Desonerado: NÃO			
Empreendimento: INI/DIREX/PF					Município Aplicável: BRASÍLIA/DF			
Composição do BDI sugerida		Intervalos admissíveis			Composição de BDI Adotada		Observações:	
		1º Quartil	Médio	3º Quartil				
1	Garantia e Seguro (GS)	0,80%	0,80%	1,00%	Garantia e Seguro (GS)	0,80%	1 - Fórmula adotada: BDI=((1+AC+R+GS)x(1+Df)x(1+L))/(1-I)-1 2 - Limites Acórdão TCU: 20,34% a 25,00% 3 - Composição do BDI, intervalos admissíveis e fórmula de cálculo nos termos do Acórdão 2622/2013 do TCU. Foi considerado, por similaridade, o item construção de edifícios. 4 - Tributos adotados: PIS+COFINS+ISS 5 - Percentual de MO: 100%	
2	Risco (R)	0,97%	1,27%	1,27%	Risco (R)	0,97%		
3	Despesas financeiras (Df)	0,59%	1,23%	1,39%	Despesas financeiras (Df)	0,59%		
4	Administração Central (Ac)	3,00%	4,00%	5,50%	Administração Central (Ac)	4,00%		
5	Lucro (L)	6,16%	7,40%	8,96%	Lucro (L)	7,40%		
6	Impostos(I)				Impostos (I)	5,65%		
6.1	PIS	0,65% (regime cumulativo) ou máx 1,65% (não cumulativo) *			PIS	0,65%		
6.2	COFINS	3% (regime cumulativo) ou máx 7,6% (regime não cumulativo)*			COFINS	3,00%		
6.3	ISS	2% a 5% **			ISS	2,00%		
6.4	CPRB - Lei 12.546/11	4,5% (mão de obra desonerada)			CPRB - Lei 12.546/11	0,00%		
BDI					21,11%			
OBSERVAÇÕES:								
BDI = [(1+(AC+R+S+G))(1+DF)(1+L) - 1)/[(1-I)] -1, onde:								
AC = Taxa representativa das despesas de rateio da Administração Central R = Taxa representativa de Riscos S = Taxa representativa de Seguros G = Taxa representativa de Garantias DF = Taxa representativa de Despesas Financeiras								

L = Taxa representativa do Lucro/Remuneração
I = Taxa representativa da Incidência de Tributos

(*1) CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta): Alíquota definida pela lei 12.844/2013

(*2) Fonte: Acórdão N° 2622/2013 - TCU - Plenário

- Quanto aos tributos incidentes sobre o faturamento, primeiramente, em virtude das diferentes disposições legais sobre a forma de cálculo do ISS, o cálculo do percentual desse tributo a ser considerado na composição de BDI de obras públicas depende da correta definição da sua base cálculo e, sobre esta, da aplicação da alíquota correspondente à legislação municipal do local da obra, que pode variar de 2% a 5%, inclusive nos casos de obras com prestação de serviços em mais de um município, a exemplo de obras de linhas de transmissão, rodovias, ferrovias, adutoras, dentre outras.
- Sobre o PIS e a COFINS, o cálculo dos percentuais para a composição de BDI deve observar os regimes de tributação desses dois tributos. No caso do regime cumulativo, aplicável aos empreendimentos que se enquadram no conceito de 'obras de construção civil', os percentuais seriam equivalentes às alíquotas de 0,65% (PIS) e 3,0% (COFINS). Na incidência do regime não-cumulativo, quando as licitantes se enquadrarem na sistemática do lucro real para a apuração do IRPJ, às alíquotas de 1,65% (PIS) e 7,6% (COFINS) deve ser aplicado um fator redutor em razão do aproveitamento de créditos tributários previstos na legislação tributária, de modo que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos às pessoas jurídicas.
- Relativamente ao Simples Nacional, a composição de BDI de empresas comprovadamente optantes desse regime de tributação favorecido e diferenciado deve prever percentuais dos tributos ISS, PIS e COFINS compatíveis com as alíquotas que a empresa está obrigada a recolher de acordo com os percentuais previstos na legislação complementar, bem como a composição de encargos sociais não deve incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), de forma que os benefícios tributários conferidos por expressa disposição legal sejam devidamente refletidos nos preços contratados pela Administração.



Documento assinado eletronicamente por **PERICLES TAVARES VIEIRA NETO**, Papiloscopista Policial Federal, em 19/03/2021, às 14:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **18088616** e o código CRC **C103D7FC**.